136a

UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA RELAÇÃO ENTRE A QUALIDADE DE AUDITORIA E A GESTÃO DE RESULTADOS (1998-2025)

Paula Alexandra Vieira Garcia, Universidade de Aveiro, ISCA-UA, 234 380110

Carla Carvalho, Universidade de Aveiro, GOVCOPP, ISCA-UA, 234 380110

Área temática: Informação Financeira e Normalização Contabilística/Auditoria

UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DA RELAÇÃO ENTRE

A QUALIDADE DE AUDITORIA E A GESTÃO DE RESULTADOS (1998-2025)

Resumo:

Este estudo analisa a produção científica sobre a relação entre a qualidade da auditoria e a gestão de resultados, através de uma revisão bibliométrica de 1.173 artigos (1998-2025) publicados nas bases de dados Scopus e Web of Science. Os resultados revelam uma mudança de paradigma na investigação: o foco passou dos acréscimos discricionários para uma visão holística, integrando critérios ESG (*environmental, social, and governance*), governação, *key audit matters* (KAM) e tecnologias disruptivas. Liderada pelos Estados Unidos da América e pela China, a produção científica reflete a necessidade de novos modelos de supervisão. O trabalho consolida o estado da arte e propõe uma agenda focada na transparência e na inovação digital.

Palavras-chave: qualidade de auditoria, gestão de resultados, análise bibliométrica, *accruals* discricionários, governação corporativa, ESG, KAM.

A BIBLIOMETRIC ANALYSIS OF THE RELATIONSHIP BETWEEN AUDIT QUALITY AND EARNINGS MANAGEMENT (1998-2025)

This study analyses the scientific production regarding the relationship between audit quality and earnings management through a bibliometric review of 1.173 articles (1998–2025) published in the Scopus and Web of Science databases. The results reveal a paradigm shift in research: the focus has moved from discretionary accruals to a holistic approach integrating ESG (environmental, social, and governance) criteria, corporate governance, key audit matters (KAM), and disruptive technologies. Spearheaded by the United States of America and China, the research output reflects the need for new oversight models. This paper consolidates the state of the art and proposes a research agenda focused on transparency and digital innovation.

Keywords: audit quality, earnings management, bibliometric analysis, discretionary accruals, corporate governance, ESG, KAM.

1. Introdução

Num contexto económico globalizado e caracterizado pela crescente complexidade transacional, a exigência de transparência nos mercados de capitais tornou-se imperativa. A fiabilidade do relato financeiro assume um papel fundamental na mitigação da assimetria de informação e na alocação eficiente de recursos, constituindo as demonstrações financeiras a base para a tomada de decisão dos *stakeholders*. Exige-se que estas reflitam, de forma verdadeira e apropriada (*true and fair view*), a posição financeira e o desempenho das entidades. Do ponto de vista teórico, este estudo alicerça-se na teoria da agência (Jensen & Meckling, 1976), que alerta para potenciais conflitos de interesses decorrentes da separação entre a propriedade e o controlo. Uma vez que os gestores detêm informação privilegiada, existe o risco de sobreporem os seus interesses pessoais aos dos acionistas. É neste cenário de assimetria que emerge a gestão de resultados, definida na literatura como a utilização do julgamento da gestão no relato financeiro e na estruturação de transações, com o intuito de alterar a perceção das partes interessadas sobre o desempenho económico da empresa ou de influenciar resultados associados a condições contratuais. Esta gestão pode ocorrer, nomeadamente, através de *accruals* discricionários (Dechow et al., 2010; Healy & Wahlen, 1999; Jones, 1991; Schipper, 1989) ou de decisões operacionais reais (Chatterjee, 2025; Nuhu et al., 2024; Roychowdhury, 2006). Para restringir estas práticas oportunistas e salvaguardar a credibilidade da informação financeira, a auditoria externa assume-se como um mecanismo de governação determinante (Abueid et al., 2022; Alhadab & Clacher, 2018; Alzoubi, 2018; Ciger, 2020; Esmeralda, 2025; Montenegro & Brás, 2018). Não obstante, a eficácia desta supervisão tem gerado intenso debate, especialmente após escândalos financeiros de grande escala (*e.g.*, Enron, Lehman Brothers, WorldCom, Parmalat) que impactaram a confiança pública na auditoria externa. Em resposta, a literatura tem procurado reavaliar esta dinâmica, com estudos a sublinhar a importância da independência do auditor na deteção de contabilidade criativa (Abueid et al., 2022) e a demonstrar o papel vital de controlos internos robustos na prevenção da gestão de resultados (Lenard et al., 2016; Saleem et al., 2016).

Apesar da extensa literatura existente e dos relevantes contributos das revisões prévias, tanto de natureza descritiva como de mapeamentos bibliométricos realizados até à data (*e.g.* Ciger, 2020), a aceleração exponencial da produção científica nos últimos três anos requer uma atualização. Este estudo tem o propósito de responder a esta necessidade e complementar os estudos já realizados, através de uma revisão bibliométrica que analisa a produção científica sobre a relação entre a qualidade da auditoria e a gestão de resultados. O estudo oferece uma visão sobre a transição contemporânea na investigação, de um foco maioritariamente técnico (assente em *accruals* discricionários e manipulação real) para a integração de critérios ESG (*environmental, social, and governance*), de novos modelos de governação e de inovação tecnológica.

Esta investigação adota uma metodologia bibliométrica e analisa 1.173 artigos indexados nas bases de dados *Scopus* e *Web of Science*, publicados entre 1998 e 2025. A bibliometria permite o tratamento imparcial de grandes volumes de dados (Crane, 1972; Price, 1965; Schmidt, 2008), rastreando quantitativamente o desenvolvimento da temática e minimizando o viés do investigador. Esta abordagem proporciona uma visão objetiva da produção científica, identificando tendências de investigação, autores seminais e redes de colaboração (Donthu et al., 2021). A opção deliberada por um horizonte temporal superior a duas décadas é metodologicamente essencial por dois motivos. Primeiro, assegura a inclusão dos trabalhos seminais que estabeleceram os alicerces teóricos da relação entre a qualidade de auditoria e a gestão de resultados, como os de Myers et al. (2003) sobre a duração do mandato do auditor e os de Francis e Yu (2009) sobre a dimensão das firmas de auditoria. Segundo, permite captar a trajetória da investigação e mapear a transição atual de um paradigma focado em métricas tradicionais para uma abordagem holística.

Este estudo está estruturado em cinco secções. Após a presente introdução, a segunda secção dedica-se à revisão da literatura e a terceira descreve a metodologia de investigação aplicada no estudo empírico. Na quarta secção são apresentados e discutidos os resultados. Por fim, a quinta secção sintetiza as conclusões, identifica os contributos teóricos e práticos para investigadores, reguladores e profissionais e sugere pistas para investigação futura.

2. Revisão da literatura

2.1 Enquadramento teórico: Assimetria de informação e teoria da agência

Conforme estabelecido seminalmente por Jensen e Meckling (1976), no *corpus* da teoria da agência, a estrutura empresarial moderna, caracterizada pela separação entre propriedade e controlo, gera conflitos de interesses e custos de agência, uma vez que os gestores têm incentivos para atuar em benefício próprio e em detrimento dos acionistas. Neste contexto, a informação contabilística é crucial para reduzir a assimetria informativa.

Como sublinham Holthausen e Leftwich (1983), as escolhas contabilísticas acarretam consequências económicas efetivas, permitindo aos gestores utilizar a discricionariedade das normas contabilísticas para influenciar a perceção de desempenho ou o cumprimento de cláusulas contratuais (*covenants*). Para mitigar este comportamento oportunista, a auditoria externa atua como um mecanismo de monitorização indispensável (Kazemian & Sanusi, 2015).

2.2. Gestão de resultados: Conceito e evolução dos modelos de deteção

A gestão de resultados é um conceito abrangente e amplamente consolidado na literatura. Schipper (1989) define-a como uma intervenção deliberada do gestor no relato financeiro, dentro dos limites dos princípios contabilísticos, para obtenção de vantagens pessoais. Complementarmente, Healy e Wahlen (1999) sublinham que esta prática visa influenciar a perceção dos *stakeholders* acerca do desempenho económico ou dos resultados associados a métricas contratuais. Para compreender as motivações subjacentes a estes comportamentos, a literatura fundamenta-se na teoria positiva da contabilidade (*positive accounting theory* - PAT). Formulada por Watts e Zimmerman (1990), esta teoria procura explicar as escolhas contabilísticas através de três hipóteses fundamentais: a hipótese do plano de compensação, em que os gestores escolhem opções que maximizam os seus bónus; a hipótese dos convénios de dívida (*debt covenants*), que visa evitar a violação de cláusulas contratuais junto de credores; e a hipótese dos custos políticos, na qual empresas de maior dimensão ou visibilidade tendem a gerir resultados para mitigar o escrutínio regulatório ou pressões fiscais. É neste quadro teórico que Stolowy e Breton (2004) assumem a gestão de resultados como uma estratégia de transferência de riqueza que afeta diretamente os custos políticos, o custo de capital e os planos de remuneração das entidades.

O termo *manipulação de resultados* é frequentemente associado a ações mais diretas e operacionais que vão além de simples ajustes contabilísticos. Segundo Alhadab e Clacher (2018), a manipulação diferencia-se da gestão por *accruals* ao focar-se em atividades reais (*real activities manipulation*). Esta prática envolve decisões de gestão deliberadas para atingir metas de

resultados a curto prazo. Embora estas decisões possam ser legítimas, a sua intenção de distorcer o resultado real torna-as uma forma de manipulação que a auditoria externa deve ser capaz de detetar.

A *contabilidade criativa* concentra-se especialmente na exploração técnica das lacunas ou omissões existentes nas normas contabilísticas. Blue et al. (2025) abordam este conceito como um conjunto de técnicas e indicadores utilizados para transformar os números do relato financeiro no que os gestores desejam apresentar, aproveitando as "zonas cinzentas" das normas para afastar o reporte da sua neutralidade económica.

A literatura tipifica as estratégias de gestão de resultados em três grandes categorias, diferenciando-as pelo impacto nos fluxos de caixa e pela visibilidade perante o escrutínio da auditoria.

A gestão de resultados por acréscimos (*accruals earnings management* - AEM), estabelecida seminalmente por Schipper (1989) e Jones (1991), centra-se na flexibilidade das normas contabilísticas para manipular estimativas que não afetam diretamente os fluxos de caixa. Dechow et al. (2010) explicam que estas práticas envolvem o ajuste de rubricas discricionárias. Trata-se de uma via de baixo custo imediato, mas a sua eficácia é limitada pela natureza reversível dos acréscimos e pela elevada exposição à deteção por auditores externos (Badertscher, 2011).

A gestão de resultados reais (*real earnings management* - REM) é definida por Roychowdhury (2006) como o desvio deliberado das práticas operacionais normais que afeta os fluxos de caixa atuais e futuros. Segundo Gunny (2010) e Kim et al. (2011), os mecanismos comuns incluem a aceleração das vendas por meio de descontos excessivos ou o corte de despesas discricionárias, como as de investigação e desenvolvimento. Apesar de Cohen e Zarowin (2010) sinalizarem que esta prática pode destruir valor económico a longo prazo, Roychowdhury (2006) sugere que é frequentemente preferida pelos gestores por ser mais difícil distingui-la das decisões de gestão legítimas, o que dificulta o trabalho do auditor.

As alterações na classificação contabilística, que é uma tipologia de gestão de resultados introduzida por McVay (2006), consistem na reclassificação estratégica de rubricas da demonstração dos resultados, como a transferência de gastos operacionais para itens não operacionais. O objetivo não é alterar o resultado líquido final, mas sim influenciar métricas intermédias de desempenho, como o resultado operacional ou o EBITDA (Nagar & Sem, 2017). Por não envolver a criação de novos acréscimos nem a alteração dos fluxos de caixa, esta prática apresenta um risco de deteção significativamente menor (Alhadab & Clacher, 2018).

A deteção da gestão de resultados constitui um dos maiores desafios metodológicos da investigação contabilística. Uma das principais abordagens consiste na decomposição dos acréscimos totais em duas parcelas: os não discricionários, decorrentes da atividade operacional normal; e os discricionários, que captam a intervenção subjetiva do gestor. A literatura tem evoluído de modelos lineares simples para abordagens mais complexas, procurando minimizar erros de especificação e adaptar-se à sofisticação das práticas de manipulação. As abordagens iniciais de DeAngelo (1981) e Healy (1986) utilizavam *benchmarks* históricos para estimar os acréscimos; no entanto, foram criticadas por ignorarem que as alterações nas condições económicas da empresa modificam, por si só, o nível de acréscimos. A introdução dos modelos de Jones (Jones, 1991) e de Jones modificado (Dechow et al., 1995) permitiu isolar o impacto da atividade operacional da empresa (vendas e investimento), tornando-os referência na literatura. Posteriormente, Kothari et al. (2005) introduziram o ajuste pela *performance* (*return on assets* - ROA) para mitigar erros em empresas com desempenho extremo. No entanto, Dechow et al. (2010) alertam para o ruído estatístico que este ajuste pode introduzir.

Face ao aumento da eficácia da auditoria na deteção da gestão de resultados por meio de acréscimos contabilísticos (AEM), a investigação tem documentado uma tendência para a REM (Alhadab & Clacher, 2018). Esta prática envolve decisões operacionais deliberadas, intrinsecamente mais difíceis de distinguir de decisões de gestão legítimas. Como sublinham Nuhu et al. (2024), esta opacidade exige modelos de deteção que superam a análise financeira clássica. A limitação dos modelos lineares tradicionais em captar padrões de manipulação complexos impulsionou o surgimento de abordagens baseadas em tecnologias disruptivas, como a inteligência artificial e o *big data*. Como tal, a investigação recente abandonou a dependência exclusiva de regressões simples em favor de algoritmos de *machine learning*. Autores como Blue et al. (2025) demonstram a superioridade de modelos como o *Extremely Randomized Trees* e de técnicas de *Fuzzy Delphi* na previsão de contabilidade criativa em economias emergentes. Esta evolução foi acelerada pela pandemia por COVID-19, que incentivou a academia e os reguladores a reavaliar o papel da auditoria num contexto de digitalização profunda e de supervisão (Morris et al., 2023).

2.3. Qualidade de auditoria: Conceito, determinantes e *proxies*

DeAngelo (1981) define a qualidade da auditoria como a probabilidade conjunta de detetar e reportar erros nas demonstrações financeiras, a qual dependerá parcialmente da independência do auditor. Sendo um conceito multidimensional e não diretamente observável, importa compreender a distinção entre determinantes (fatores causais) e *proxies* (indicadores de medição). O autor estabelece que a independência e a competência técnica do auditor são os principais determinantes da qualidade da auditoria: sem competência, o auditor não tem capacidade para detetar a

anomalia; e sem independência, não tem o incentivo para reportá-la. No que concerne à medição, a investigação tem evoluído de *proxies* baseadas puramente nas características do auditor para abordagens abrangentes focadas na transparência do relato financeiro (Montenegro & Brás, 2018), demonstrando-se que uma auditoria de elevada qualidade é um mecanismo eficaz para inibir práticas de gestão de resultados (Alzoubi, 2018).

Entre as características do auditor historicamente utilizadas como *proxies*, destaca-se a dimensão da firma (*Big* N). Alhadab e Clacher (2018) e Inaam e Khamoussi (2016) utilizam esta métrica porque partem do princípio de que as grandes firmas internacionais têm mais a perder em termos de reputação, assumindo-se, por isso, como determinantes mais fortes na deteção da manipulação contabilística. As evidências de Balsam et al. (2003), Francis e Yu (2009) e Zhou e Elder (2004) corroboram que as *Big* N restringem a gestão de resultados de forma mais eficaz, embora Francis e Yu (2009) ressalvem que firmas de menor dimensão não têm, necessariamente, uma qualidade de auditoria fraca. O impacto desta dinâmica reputacional tem repercussões amplas. A reputação global atua como um mecanismo transversal de qualidade, reduzindo significativamente a gestão de resultados em diferentes contextos geográficos (Nadhir & Wardhani, 2019). Não obstante, os auditores de maior prestígio são mais eficazes em restringir a gestão de resultados via *accruals* (de natureza estritamente contabilística) do que em detetar a manipulação de atividades reais, dada a dificuldade em isolar esta última das decisões de gestão legítimas (Alhadab & Clacher, 2018). Para colmatar esta limitação, a especialização setorial do auditor assume-se como uma *proxy* complementar com enfoque na competência técnica específica. A combinação da especialização com a dimensão da firma potencia o efeito dissuasor precisamente sobre a gestão de resultados reais, uma vez que o profundo conhecimento do setor permite ao auditor distinguir com maior precisão entre decisões operacionais legítimas e práticas oportunistas (Sitanggang et al., 2020).

Outra *proxy* usualmente utilizada é a dos honorários de auditoria (*audit fees*). Ao contrário da *Big* N, os honorários permitem medir a qualidade ou o esforço que o auditor está a aplicar, algo que a simples dimensão da firma pode não captar. Simunic (1980) associou os honorários ao esforço e ao prémio de risco. Nos estudos sobre manipulação de atividades reais, os honorários podem permitir compreender se o auditor está a cobrar um valor superior devido ao risco acrescido associado a práticas de gestão de resultados complexas. No entanto, a literatura divide-se entre a hipótese da dependência económica, que sugere que honorários elevados (especialmente os de não-auditoria) comprometem a objetividade (Frankel et al., 2002; Nuhu et al., 2024), e a hipótese do esforço de auditoria, segundo a qual honorários elevados refletem maior dedicação e recursos qualificados (Ashbaugh et al., 2003).

No que concerne à *proxy* da duração do mandato, a literatura evoluiu de uma análise focada no risco de familiaridade para uma defesa robusta do conhecimento específico do cliente. Embora Myers et al. (2003) tenham estabelecido as bases desta discussão, investigações recentes trazem evidências importantes que questionam as políticas de rotação obrigatória. Garcia-Blandon et al. (2020) demonstram, num estudo transversal europeu, que mandatos superiores a 10 anos não estão associados a uma menor qualidade de auditoria; pelo contrário, encontram evidências de que a qualidade de auditoria pode ser superior em firmas com mandatos longos, o que põe em causa a necessidade de estabelecer limites temporais rígidos, como os impostos pela regulamentação europeia. Robinson et al. (2024) introduzem uma perspetiva inovadora ao analisarem "auditores originais" (em que o cliente nunca trocou de firma), concluindo que estas relações ininterruptas resultam em auditorias significativamente mais eficientes e com níveis mais baixos de gestão de resultados (via *accruals* discricionários).

A evolução normativa, com a introdução da ISA 701 - *Comunicação dos Principais Assuntos de Auditoria no Relatório do Auditor Independente* e das *key audit matters* (KAM), alterou a função comunicativa do relatório de auditoria, contribuindo para uma estrutura de relato mais informativa e transparente. Como determinantes da qualidade de auditoria, as KAM são interpretadas como a materialização do esforço e do ceticismo profissional do auditor. Aquele aumento de transparência atrai o escrutínio de investidores e reguladores, elevando o custo reputacional de eventuais manipulações para a gestão (Zeng et al., 2021). Deste modo, as KAM medeiam a relação entre o auditor e a empresa. A sua divulgação limita a margem de manobra discricionária dos gestores, forçando-os a adotar políticas contabilísticas mais prudentes, diante do risco de exposição pública de práticas mais agressivas.

2.4. O papel da auditoria na mitigação da gestão de resultados

A literatura tem evidenciado a qualidade de auditoria como uma das variáveis independentes centrais no combate à manipulação de resultados. Este papel mitigador é validado pela meta-análise de Inaam e Khamoussi (2016), que, ao examinar 58 estudos, confirmou que a independência, a especialização e a dimensão do auditor (*Big* N) apresentam uma relação negativa sistemática com a gestão de resultados. Historicamente, este efeito centrava-se nos acréscimos contabilísticos (*accruals*), com Becker et al. (1998) e Francis e Yu (2009) a associarem a reputação e a dimensão das grandes firmas à maior fiabilidade do relato. Estudos contemporâneos, como os de Nadhir e Wardhani (2019), reforçam esta premissa ao demonstrar que uma elevada qualidade de auditoria atua como determinante fundamental que restringe a discricionariedade dos gestores. No entanto, a investigação recente revela que esta relação ultrapassa a mera dissuasão, configurando-se como uma dinâmica bidirecional de adaptação estratégica à luz da teoria da agência (Alhadab & Clacher, 2018). Sitanggang et al. (2020) advertem que um escrutínio

rigoroso aos acréscimos contabilísticos por parte do auditor pode incentivar a transição para práticas de REM que, embora menos visíveis, acabam por degradar o valor económico da entidade a longo prazo. O desafio metodológico atual reside, assim, na migração para as REM, intrinsecamente mais difíceis de detetar do que a gestão baseada em acréscimos.

Nuhu et al. (2024) destacam que a reputação do auditor é um mecanismo mais eficaz do que os honorários na mitigação transversal da gestão de resultados, tendo esta relação sido reforçada pela introdução das KAM. A visibilidade pública de áreas de risco específicas (como o reconhecimento de rédito) funciona como um mediador que desencoraja a manipulação de forma mais direcionada do que as *proxies* tradicionais (Zeng et al., 2021). Esta bidirecionalidade manifesta-se também na resposta estratégica do auditor, que, perante a perceção de um aumento do risco de auditoria, ajusta o seu comportamento, refletindo esse risco nos honorários praticados e utilizando a narrativa das KAM para proteger a sua reputação e alertar o mercado para as áreas suscetíveis de distorções materiais.

3. Metodologia

A presente investigação baseia-se nos dados extraídos das bases de dados científicas *Scopus* e *Web of Science* (WoS). A seleção da *Scopus* fundamenta-se na sua consolidação como uma das principais e mais abrangentes bases de dados para análises bibliométricas nas ciências empresariais, garantindo uma extensa cobertura de literatura com revisão por pares (Ciger, 2020; Donthu et al., 2021). A inclusão da WoS justifica-se igualmente por ser reconhecida como a mais antiga, a mais amplamente utilizada e a mais fiável base de dados de publicações e citações científicas a nível mundial (Birkle et al., 2020). O cruzamento e a consolidação de ambas as bases proporciona uma visão objetiva da produção científica e permite a identificar tendências de investigação, de autores seminais e de redes de colaboração.

De forma a robustecer os resultados e captar a evolução histórica do tema, optou-se por não impor qualquer restrição temporal. Contudo, com o intuito de maximizar a qualidade e a consistência da informação recolhida, aplicaram-se filtros de inclusão que limitaram a amostra exclusivamente a documentos redigidos em língua inglesa e tipificados como artigos científicos (*articles*). A aplicação destes critérios resultou nas seguintes expressões de pesquisa:

> **Scopus:** > (TITLE-ABS-KEY) ("audit quality") AND (TITLE-ABS-KEY) ("earning* management" OR "earning manipulation" OR "creative account*" OR "discretionary accruals" OR "earnings quality")) AND (LIMIT-TO (DOCTYPE, "ar") AND (LIMIT-TO (LANGUAGE, "English"))

WoS: > (TOPIC) ("audit quality") AND (TOPIC) (“earning* management" OR "earning manipulation" OR "creative account*" OR "discretionary accruals" OR "earnings quality“) AND Article (Document Types) AND English (Languages).

Apesar de a análise bibliométrica incidir exclusivamente sobre a amostra de artigos selecionados de acordo com estes critérios, a revisão da literatura integra referências seminais adicionais (*e.g.*, Jensen & Meckling, 1976; Schipper, 1989) e contributos metodológicos indispensáveis à contextualização da temática objeto deste estudo.

A pesquisa inicial e a respetiva extração de metadados identificaram um total de 608 artigos na Scopus e 972 na WoS. Com recurso ao software RStudio, foi construída uma base de dados única e consolidada, com o intuito de remover os registos duplicados de artigos indexados em ambas as bases de dados. Deste processo resultou uma amostra final de 1.173 artigos. Para simplificar a análise e potenciar a visualização gráfica dos resultados quantitativos, recorreu-se ao *software* Biblioshiny.

4. Análise e discussão dos resultados

4.1. Evolução da produção científica

Este estudo abrange uma janela temporal alargada (1998-2025) e analisa um total de 1.173 documentos provenientes de 303 fontes distintas. A produção científica nesta área apresenta-se dinâmica, registando uma taxa de crescimento anual de aproximadamente 24% e um impacto médio de 32,78 citações por documento, com idade média das publicações de 6,71 anos. No que concerne ao perfil de colaboração, a amostra integra 2.207 autores, o que corresponde a uma média de 2,79 coautores por documento e a uma taxa de coautoria internacional de 30,95%.

A análise da evolução temporal (Figura 1) demonstra que a produção científica se manteve reduzida e estável até 2010. A partir de 2011, impulsionado, certamente, pelos escândalos contabilísticos globais, o crescimento tornou-se exponencial. A tendência geral é marcadamente ascendente, culminando num pico de produção a partir de 2023, o que corrobora a ideia de que a literatura nesta área se encontra em fase de renovação, e não de saturação.

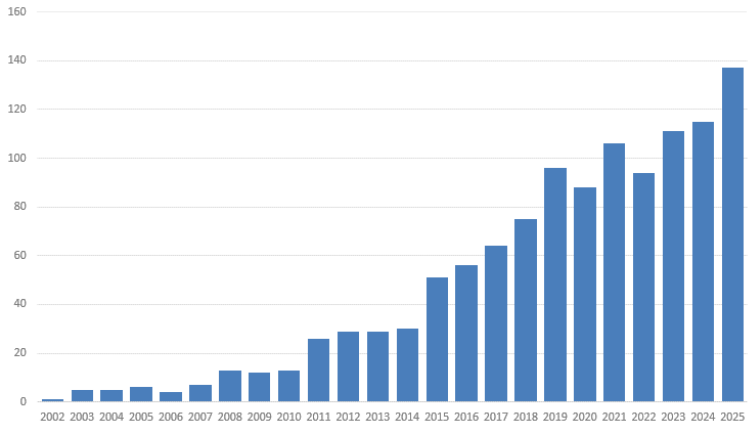

Figura 1 – Produção científica anual

O primeiro pico (2011) reflete possivelmente a resposta da academia à reestruturação global do setor financeiro e à maturação das *International Financial Reporting Standards* (IFRS). A crise de 2008 acentuou a necessidade de compreender as falhas no reporte e o papel dos auditores na prevenção de colapsos bancários. Embora a Lei Sarbanes-Oxley (2002) tenha estabelecido os alicerces, o tempo de maturação da investigação académica deu origem a este pico de publicações nos anos subsequentes.

Por seu lado, a intensificação de regras destinadas a mitigar a gestão por acréscimos terá incentivado a transferência para a gestão de atividades reais, o que originou uma vaga de estudos comparativos, como os de Alhadab e Clacher (2018). Simultaneamente, a expansão para mercados emergentes tornou o fenómeno global e transcultural, como evidenciado por Mahmudi et al. (2024).

A pandemia por COVID-19 (2020–2022) pode igualmente contribuir para explicar o acréscimo do volume de publicações nos anos de 2023 a 2025. A crise potenciou os incentivos à gestão de resultados e o confinamento implicou a adoção de auditorias remotas. Estes fatores incentivaram a produção científica sobre como o distanciamento pode afetar o ceticismo profissional, destacando-se os contributos de Morris et al. (2023). O crescimento mais recente na produção científica poderá estar também intrinsecamente ligado à ISA 701 (KAM), que fornece métricas de qualidade mais ricas do que as *proxies* tradicionais (Al-Mulla & Bradbury, 2022; Zeng et al., 2021).

Atualmente, a literatura integra igualmente a ciência de dados e os critérios ESG. A necessidade de prever a contabilidade criativa com métodos não lineares, como o *machine learning* (Blue et al., 2025), e a investigação sobre se a qualidade da auditoria garante a integridade do relato ESG (Alharasis et al., 2025) têm fomentado o aumento da produção científica. O novo paradigma, focado no *big data*, procura agora responder às manipulações no contexto digital.

4.2. Distribuição geográfica da produção científica

A distribuição geográfica do conhecimento, tanto global quanto por país (Figuras 2 e 3), evidencia não apenas o domínio histórico das economias de mercado maduras, mas também o protagonismo crescente de países emergentes, confirmando que a qualidade da auditoria e a gestão de resultados constituem hoje preocupações globais e transculturais.

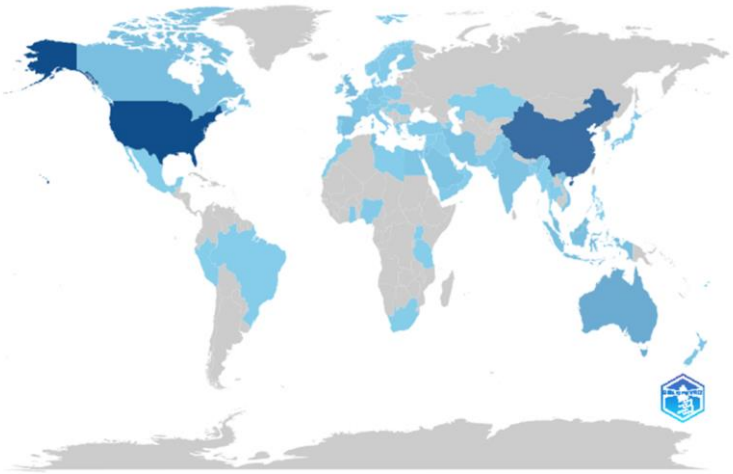

Figura 2 – Produção científica por país

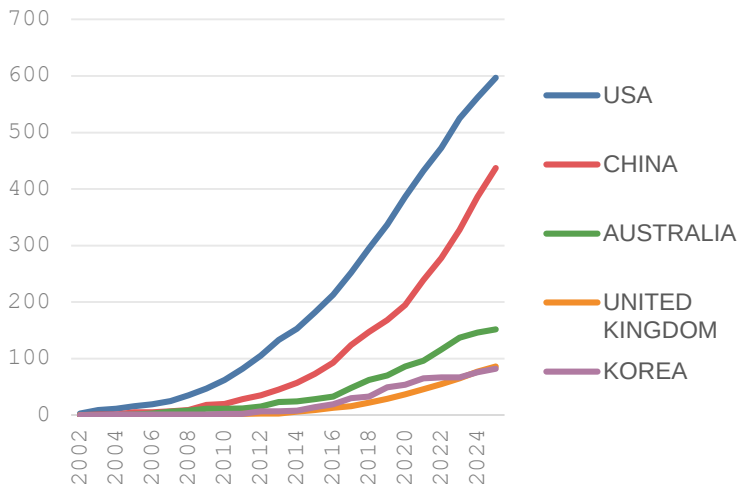

Figura 3 – Total da produção científica por país ao longo do tempo

Os Estados Unidos da América (EUA) assumem uma liderança incontestável, com cerca de 600 artigos até 2025 e um impacto significativo de 15.321 citações. Esta preponderância é sustentada pela maturidade de instituições como a *Securities and Exchange Commission* (SEC) e pelo impacto da Lei *Sarbanes-Oxley* (2002), que continuam a promover normativos de referência para a investigação a nível mundial. A China assume-se como o segundo maior polo de conhecimento, com cerca de 400 artigos e 5.334 citações. Adicionalmente, para além do eixo anglo-saxónico (Austrália, com 2.934 citações, Canadá, com 1.477, e Reino Unido, com 887), a Figura 4 revela a emergência de polos geográficos muito citados com dinâmicas de governação específicas. A presença de países como Tunísia (581), Malásia (549 citações), e Jordânia (519) sublinha a relevância da investigação académica em contextos onde a proteção dos investidores e o rigor institucional estão em fase de consolidação. No contexto europeu, Espanha lidera a produção no sul da Europa (506 citações), possivelmente impulsionada pelo escrutínio das normas europeias de auditoria e pelo processo de convergência com as IFRS. Países como o Canadá (1.477 citações) e a Coreia (1.038 citações) registam um rácio de impacto/produção elevado, sugerindo que, embora publiquem em menor volume absoluto, as suas investigações possuem uma relevância teórica e metodológica de referência para a comunidade internacional.

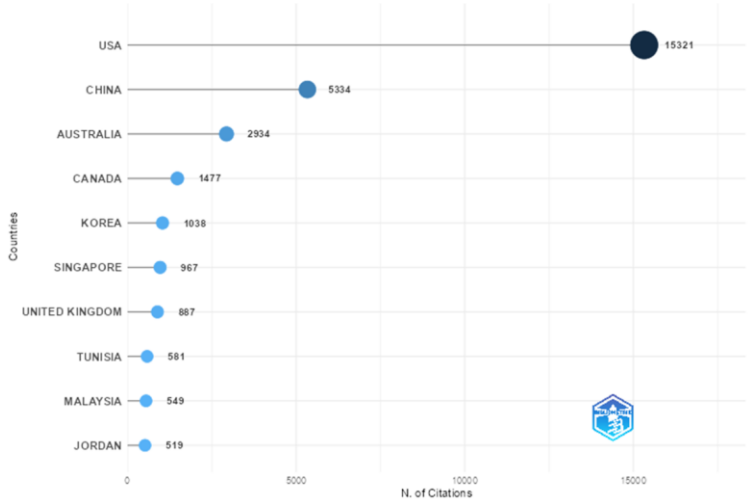

Figura 4 – Países mais citados

4.3. Revistas com mais publicações e citações

Os dados das Figuras 5 e 6 evidenciam as revistas com mais publicações sobre o tema e as mais citadas. A *Auditing: A Journal of Practice & Theory* lidera, quer no número de publicações (73), quer no impacto científico, com o Índice H mais elevado da amostra (36), o que a posiciona como referência para a validação de novas *proxies* e modelos de medição da qualidade da auditoria. A *Managerial Auditing Journal* regista o segundo maior volume de publicações (48 documentos), pese embora apresente um Índice H de 21, contribuindo para a disseminação da investigação e abrangendo um âmbito geográfico diversificado, incluindo estudos sobre mercados emergentes e o impacto de reformas regulatórias globais. *The Accounting Review*, com apenas 43 documentos, regista um Índice H de 32, o que indica o seu importante contributo para trabalhos de natureza seminal e teórica.

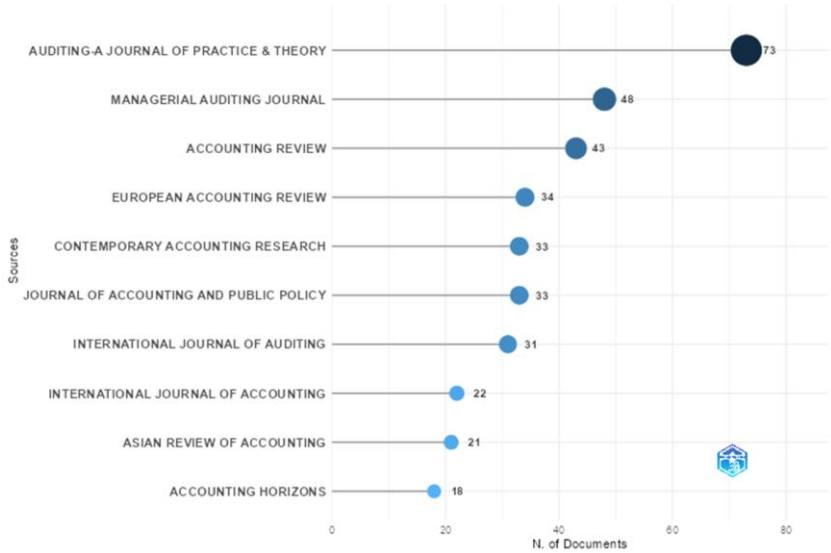

Figura 5 – Produção total por revista

Figura 6 – Impacto local das revistas

4.4. Artigos e autores mais relevantes

A análise dos artigos e autores mais relevantes revela a coexistência entre as referências históricas sobre o tema e os autores que atualmente impulsionam a investigação.

A Figura 7 confirma que os trabalhos de Myers et al. (2003), sobre a relação entre a duração do mandato do auditor e a qualidade dos resultados ("*Exploring the term of the auditor-client relationship and the quality of earnings: A case for mandatory auditor rotation")* e de Francis e Yu (2009), sobre o impacto da dimensão das firmas *Big 4* na qualidade da auditoria ("*Big 4 office size and audit quality"*), ambos publicados na *The Accounting Review*, com 783 e 699 citações, respetivamente, mantêm-se referências atuais na construção de hipóteses teóricas sobre os determinantes da qualidade de auditoria e dos resultados.

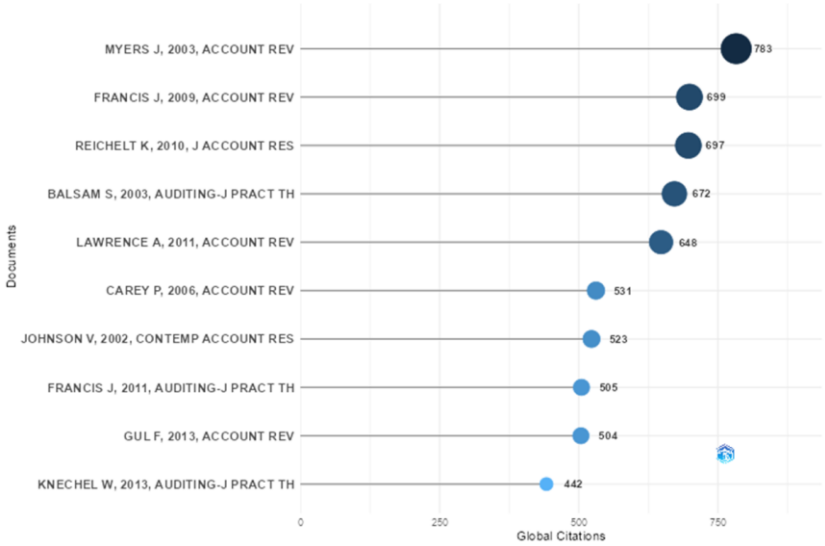

Figura 7 – Artigos mais citados

A evolução temporal da produção por autor (Figura 8) evidencia maior presença ao longo do tempo de Ferdinand A. Gul, Gopal V. Krishnan e Lee Hyorim. Por seu lado, Li Li, Wang Yang e Zhang Jian concentram a produção nos anos mais recentes, em linha com o crescimento global da produção nesta área.

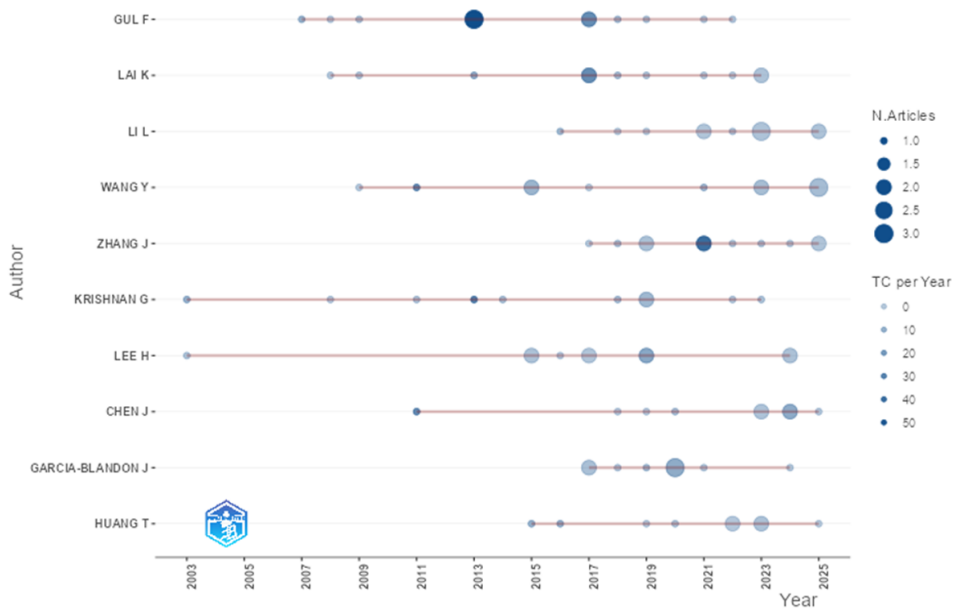

Figura 8 – Produção por autor ao longo do tempo

Quanto aos autores mais prolíficos (Figura 9), Ferdinand A. Gul lidera com 12 documentos, seguido por um grupo coeso de quatro autores com 11 artigos cada: Lai Kam-Wah, Li Li, Wang Yang e Zhang Jian, e por Gopal V. Krishnan e Lee Hyorim, com 10 artigos cada, enquanto Chen Jeff Zeyun, Garcia-Blandon Josep e Huang Ting-Chiao registam 9 artigos cada. A proximidade dos valores de produção entre estes autores (9 e 12 documentos) permite concluir que a investigação está distribuída entre um grupo alargado de autores com contributos comparáveis em termos de volume. Ferdinand A. Gul regista igualmente um Índice H de 10 (Figura 10), de que se infere que a sua produção não é apenas volumosa, mas também relevante para outros investigadores.

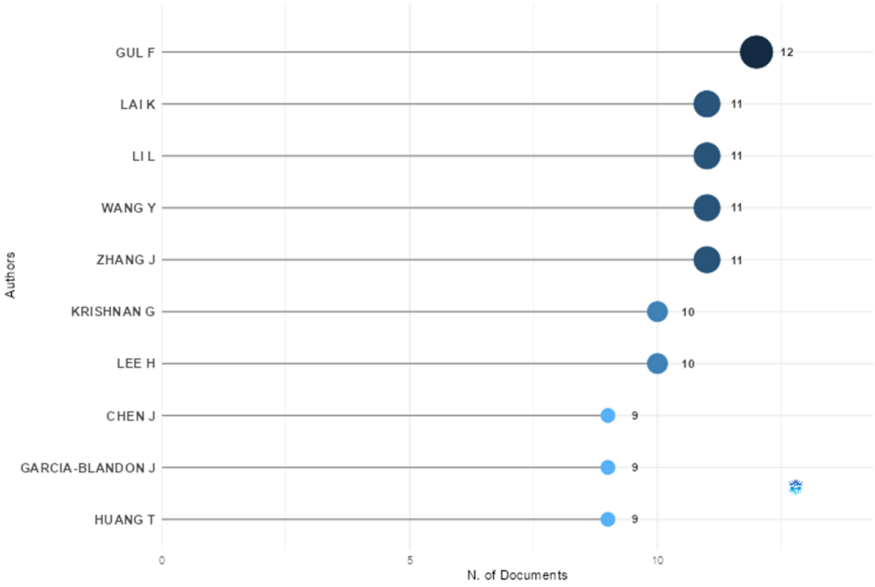

Figura 9 – Autores mais produtivos

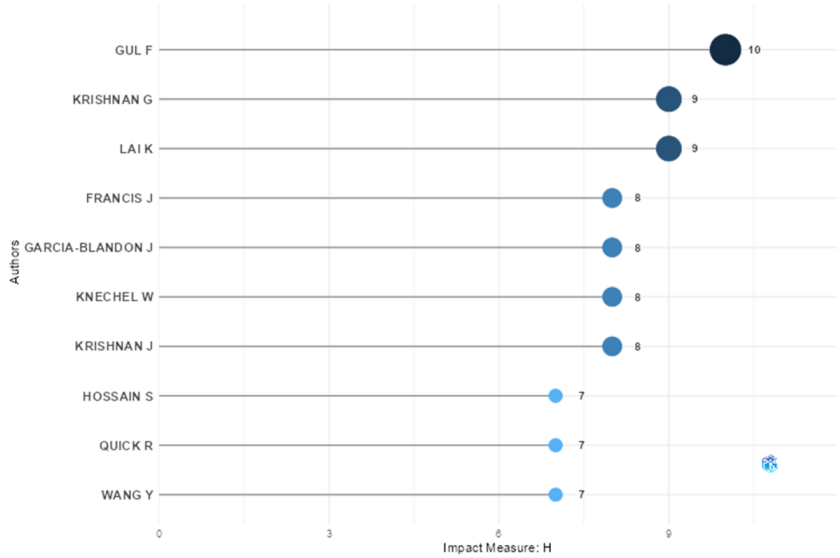

Figura 10 – Impacto dos autores

A análise das afiliações dos autores (Figura 11) revela a liderança da *State University System of Florida* (42 artigos), seguida pela *Egyptian Knowledge Bank (EKB)* e pela *Université de Sfax*, com 27 artigos cada e, logo após, pela *University of Texas System* (26 artigos) e pela *Universiti Utara Malaysia* (23 artigos).

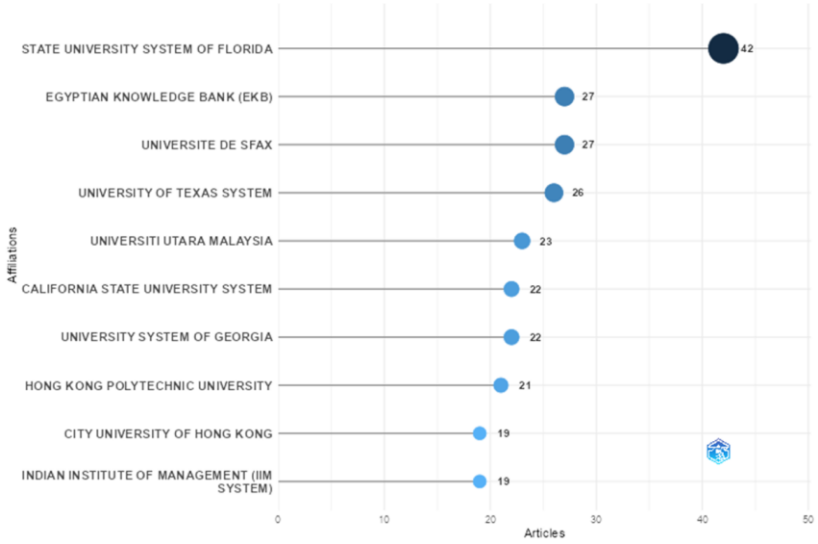

Figura 11 –Afiliações mais relevantes

4.5. Redes de colaboração

A rede global de colaborações (Figuras 12 e 13) evidencia que os EUA se destacam como o centro do conhecimento nesta área, com o maior rácio de publicações que envolvem múltiplos países. As suas ligações com o Canadá, a Austrália e a China sugerem que a base teórica e empírica desenvolvida nas instituições americanas é continuamente replicada e adaptada a outros contextos jurisdicionais, servindo como um importante motor de inovação nesta área.

A China emerge como o polo de colaboração mais dinâmico do hemisfério oriental, estabelecendo pontes com a Austrália, Singapura e Hong Kong. Esta rede é particularmente relevante para compreender como as práticas de auditoria ocidentais interagem com modelos de governação asiáticos. Da mesma forma, observa-se um crescimento das redes entre países europeus e da região MENA (Tunísia e Jordânia), o que indica um esforço coordenado para harmonizar as práticas de relato financeiro perante as exigências de transparência da União Europeia e dos investidores internacionais.

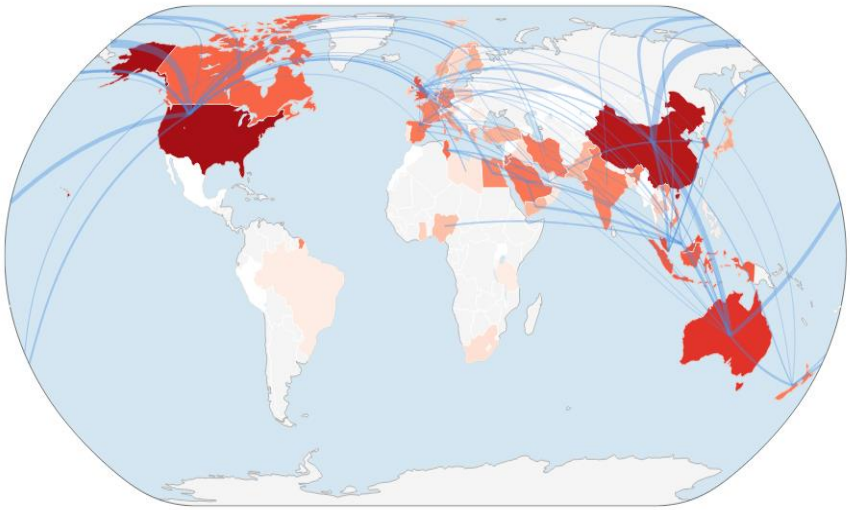

Figura 12 – Colaborações internacionais

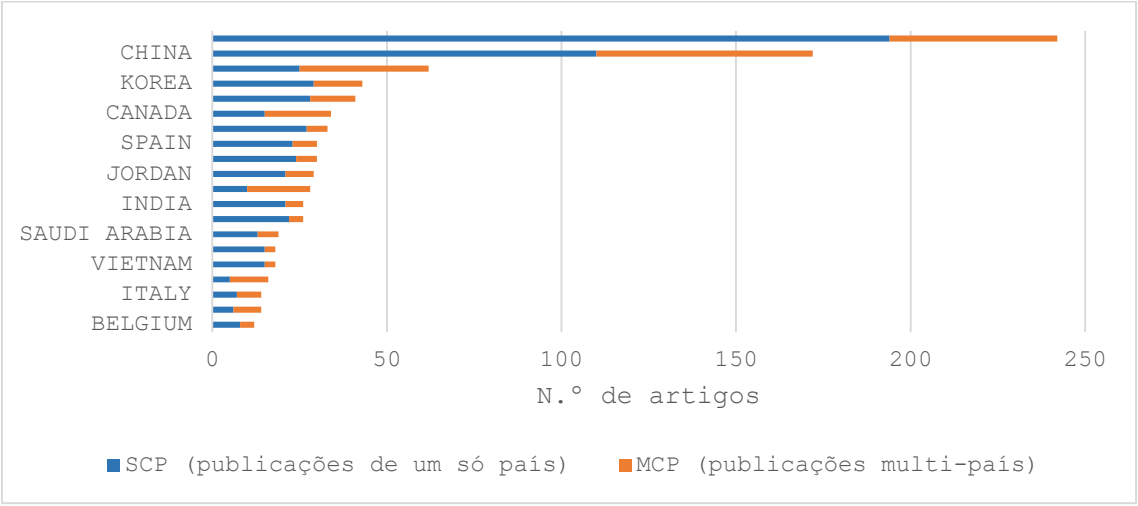

Figura 13 – Colaborações entre autores

A Figura 14 revela que a investigação se organiza em clusters especializados, nos quais pequenos grupos de autores colaboram de forma recorrente. Esta proximidade intelectual favorece a especialização em nichos específicos, como a auditoria de matérias críticas ou o estudo do impacto da diversidade de género, garantindo a profundidade analítica dos estudos. Contudo, a coexistência de múltiplos clusters, relativamente fechados e geograficamente dispersos, sugere que o conhecimento sobre a qualidade da auditoria permanece fragmentado em nichos temáticos e regionais, sem um núcleo de investigação verdadeiramente integrado. Esta estrutura social do domínio evidencia, por isso, que a qualidade da auditoria e a mitigação da gestão de resultados constituem um desafio global que requer esforços de investigação mais partilhados e integrados entre os diferentes clusters.

Sem prejuízo, a Figura 14 permite identificar investigadores que atuam como mediadores entre diferentes clusters de investigação. Zhang Yi, Gopal V. Krishnan e Wang Jianling são os autores

com maior centralidade de intermediação, servindo como nós de ligação entre investigadores de diferentes instituições e geografias, o que lhes confere influência na definição das linhas de investigação futuras. Wang Yang destaca-se por combinar elevada produtividade (11 artigos) com uma posição central na rede, enquanto os autores mais produtivos, Ferdinand A. Gul (12 artigos) e Lai Kam-Wah (11 artigos), formam um cluster próprio e relativamente isolado, colaborando sobretudo entre si.

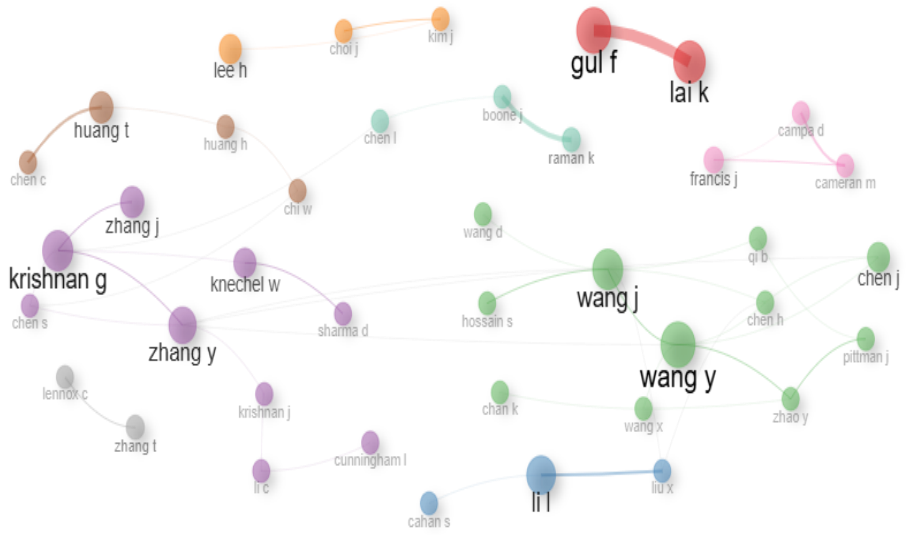

Figura 14 – Rede de colaborações

4.6. Estrutura concetual e tendências temáticas

A análise da estrutura concetual (Figuras 15 a 18) revela que a literatura evoluiu de uma abordagem linear, A análise da estrutura concetual (Figuras 15 a 18) revela que a literatura evoluiu de uma abordagem linear, centrada na relação direta entre atributos do auditor (*proxies*) e gestão de resultados, para um ecossistema mais complexo e interdependente, em que a qualidade de auditoria assume o papel de variável independente central, articulada com os mecanismos de governação corporativa e com os determinantes do auditor. Neste ecossistema, as *Key Audit Matters* emergem como um mecanismo de transparência com um papel mediador. As KAM conferem visibilidade pública às áreas de maior risco de distorção, elevam o escrutínio de investidores e reguladores e o custo reputacional da manipulação, restringindo a discricionariedade dos gestores e, consequentemente, a gestão de resultados (Zeng et al., 2021).

As Figuras 15 e 16 destacam claramente os termos *audit quality* (785 ocorrências) e *earnings management* (725 ocorrências), sugerindo que a literatura estuda a qualidade de auditoria sobretudo através do seu efeito na gestão de resultados (como se confirma no *cluster* vermelho da Figura 18).

Por outro lado, a ocorrência das palavras *corporate governance* (278), *performance* (202) e *independence* (190) permite reconhecer a qualidade de auditoria como um mecanismo de governação, com especial enfoque na independência do auditor. Seguem-se as *proxies* e medidas clássicas da qualidade de auditoria, como *fees* (168), *non-audit services* (155) e *audit fees* (116), e da gestão de resultados, como *accruals* (154) e *discretionary accruals* (136).

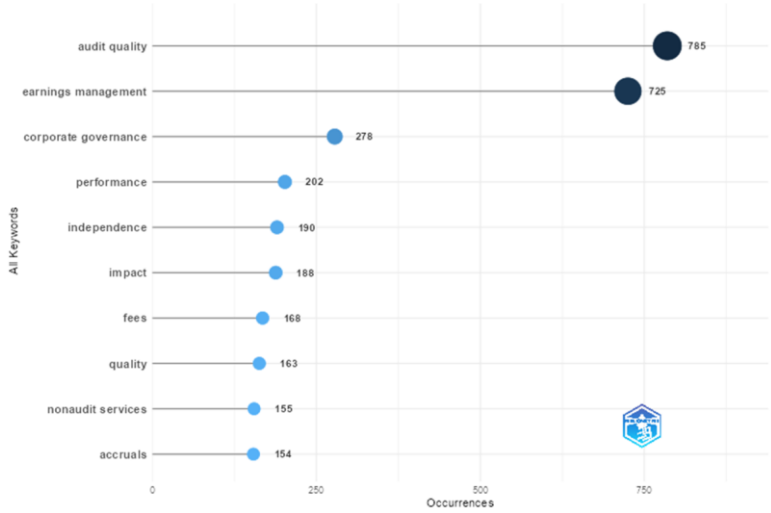

Figura 15 – Palavras mais frequentes

Figura 16 – Nuvem de palavras

Os termos *audit quality* e *earnings management* registam uma evolução crescente e paralela ao longo do tempo (Figura 17). Embora *earnings management* tenha liderado no período de 2008 a 2020, foi ultrapassado pelo termo *audit quality* a partir de 2021. A qualidade de auditoria pode ter deixado de ser apenas uma variável explicativa da gestão de resultados para passar a ser objeto de estudo em si mesma. Da mesma forma, o termo *corporate governance* regista um crescimento sustentado, provavelmente justificado pela evolução regulatória (códigos de governação e comités de auditoria).

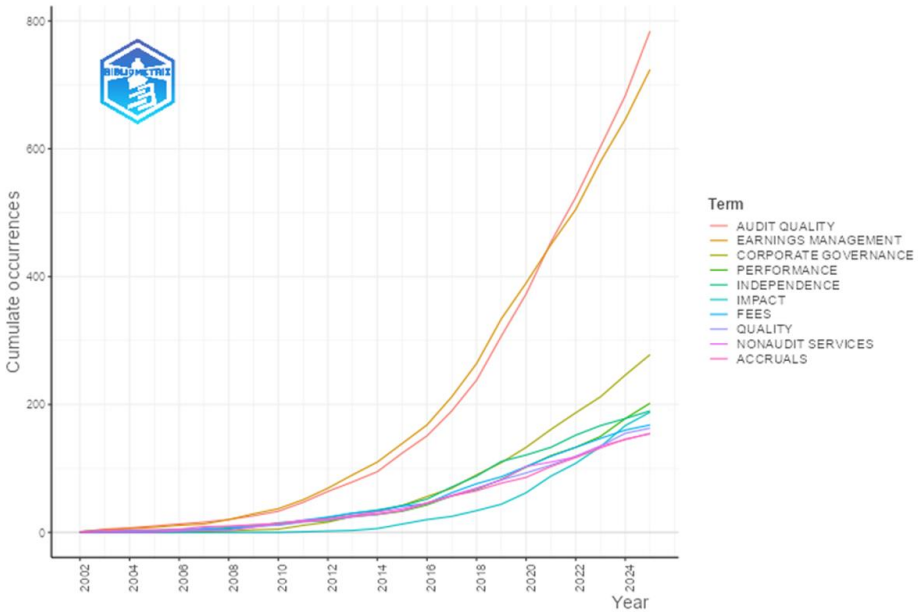

Figura 17 – Frequência de palavras ao longo do tempo

A rede de co-palavras (Figura 18) divide-se em dois domínios que explicam como a integração de novos mecanismos de controlo potenciam a eficácia da auditoria:

- *Cluster* vermelho: *audit quality*, *earnings management* e *corporate governance*. Este agrupamento evidencia que a mitigação da gestão de resultados não depende apenas do auditor externo e que a governação corporativa (tal como a independência do conselho de administração e a eficácia dos comités) atua como um determinante interno que impulsiona a qualidade da informação (Inaam & Khamoussi, 2016; Mahmudi et al., 2024). O termo *audit quality* assume uma posição central na rede, seguido de *earnings management*, o que confirma a articulação estrutural entre a investigação sobre qualidade da auditoria e a gestão de resultados.

- *Cluster* Azul: focado nas ferramentas tradicionais de medição da qualidade de auditoria e da gestão dos resultados (*independence*, *fees, quality, nonaudit services, accruals*), concentra os determinantes associados aos atributos do auditor, evidenciando uma linha de investigação centrada nas características da firma de auditoria e nas ameaças à independência do auditor.

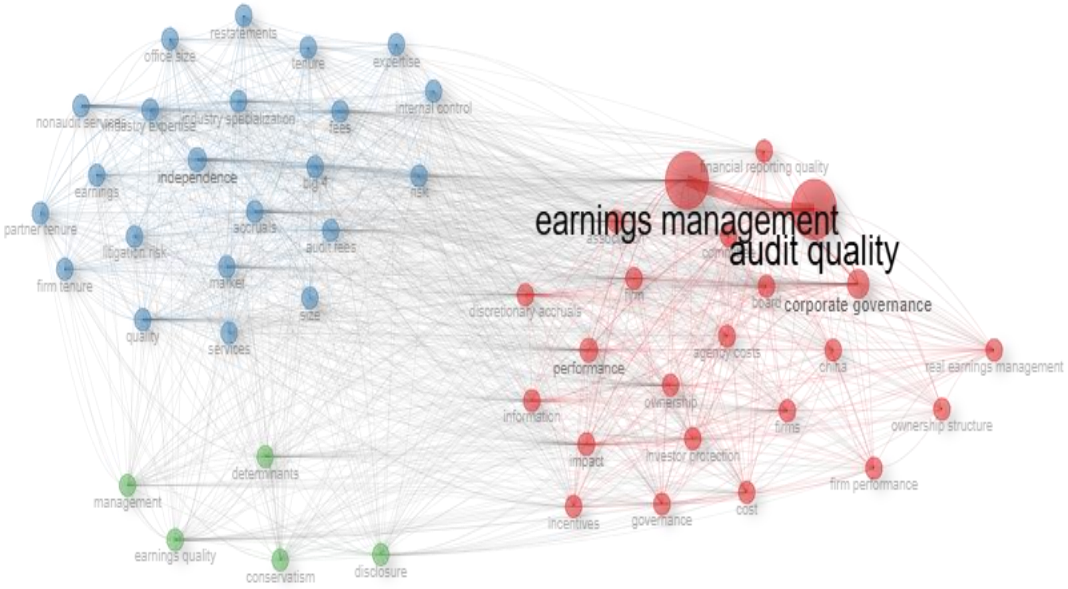

Figura 18 – Rede de coocorrência de palavras

A Tabela 1 sintetiza o quadro de referência teórico deste estudo, articulando os principais contributos da literatura sobre a qualidade da auditoria e a gestão de resultados. A categorização proposta distingue quatro dimensões complementares: os determinantes estruturais da auditoria; as tipologias de manipulação de resultados identificadas na literatura; as *proxies* que permitem a sua mensuração quantitativa; e os mediadores que condicionam a dinâmica de supervisão e o escrutínio do relato financeiro.

Tabela 1: Síntese de determinantes, *proxies* e mediadores da auditoria e gestão de resultados

Categoria	Variáveis / Fatores	Justificação Teórica
Determinantes	Competência técnica e independência	Pilares fundamentais para a capacidade de deteção (competência) e reporte (independência) de anomalias. DeAngelo (1981).
	Esforço do auditor	O preço do serviço de auditoria reflete o esforço e o prémio de risco assumido pelo auditor. Simunic (1980).
	Estrutura de governação e comités de auditoria	A eficácia dos comités de auditoria e da governação corporativa reforça o rigor do processo de auditoria. Inaam e Khamoussi (2016); Mahmudi et al. (2024).
	Contexto regulatório e institucional	A convergência normativa (IFRS) e choques exógenos (pandemia) alteram os incentivos à manipulação e o escrutínio do auditor. Nadhir e Wardhani (2019); Morris et al. (2023).
	Key Audit Matters (KAM)	A comunicação de KAM materializa o ceticismo profissional e o foco em áreas de risco crítico. Zeng et al. (2021); Al-Mulla e Bradbury (2022).
Manipulação de resultados	Gestão por acréscimos (AEM)	Manipulação de estimativas contabilísticas via acréscimos discricionários. Jones (1991); Dechow, Sloan e Sweeney (1995); Kothari et al. (2005).
	Gestão real de resultados (REM)	Desvio de decisões operacionais (produção, vendas, gastos discricionários) para atingir benchmarks de desempenho. Roychowdhury (2006); Cohen e Zarowin (2010); Gunny (2010).
	Classification shifting	Reclassificação estratégica de rubricas da demonstração de resultados para inflacionar os "core earnings". McVay (2006); Nagar e Sen (2017).
	Contabilidade criativa e fraude	Exploração técnica de lacunas normativas para transformar o desempenho reportado. Abueid et al. (2022); Badertscher (2011); Blue et al. (2025).
Proxies	Dimensão da firma (Big 4)	Proxy de capital reputacional, competência e independência superior; efeito mais forte sobre a AEM do que sobre a REM. Francis e Yu (2009); Lawrence et al. (2011); Zhou e Elder (2004); Alhadab e Clacher (2018).
	Honorários de auditoria (Audit Fees)	Métrica de esforço e complexidade da auditoria; a literatura divide-se entre a hipótese do esforço e a da dependência económica. Simunic (1980); Frankel et al. (2002); Ashbaugh et al. (2003).
	Especialização setorial	Mensuração do conhecimento técnico específico do auditor num setor de atividade. Balsam et al. (2003).
	Mandato (Tenure)	Avaliação do efeito da curva de aprendizagem do auditor face ao risco de familiaridade. Myers et al. (2003); Garcia-Blandon et al. (2020); Robinson et al. (2024).
	Performance ESG	Proxy emergente de integridade corporativa e de governação ética. Alharasis et al. (2025).
Mediadores	Key Audit Matters (KAM)	Expõem riscos publicamente, mediando a pressão do auditor sobre a gestão. Zeng et al. (2021).
	Comités de auditoria	Órgão interno que potencia ou limita a eficácia do auditor externo. Inaam e Khamoussi (2016).
	Governação corporativa e CSR	Reforça a reputação da firma e atua como mecanismo adicional de pressão sobre a qualidade. Mahmudi et al. (2024); Chatterjee (2025).
	Perceções dos stakeholders	Estudos de perceção (survey/escala Likert), sem uso de proxy de dados reais. Wong (1998).

5. Conclusões e agenda futura

5.1. Síntese dos principais resultados

Mais de duas décadas de investigação bibliométrica revelam que a relação entre a qualidade da auditoria e a gestão de resultados está a passar por uma mudança de paradigma. O crescimento exponencial da literatura, que regista um pico de produção entre 2023 e 2025, surge como a resposta da academia à crescente opacidade das práticas de manipulação. A análise interpretativa deste estudo permite extrair conclusões relevantes, destacando-se, desde logo, que a maior eficácia dos auditores em identificar a gestão contabilística tradicional (AEM) tem levado os gestores a incrementar práticas de manipulação real (REM). Por serem mais difíceis de detetar, estas práticas exigem novos modelos de supervisão, nos quais a norma das KAM assume um papel mediador importante, ao expor as áreas de maior risco ao escrutínio público. A divulgação das KAM promove a transparência e contribui para atenuar a discricionariedade. Da mesma forma, a mitigação da gestão de resultados depende hoje de um ecossistema integrado, em que a governação corporativa impulsiona a qualidade, os critérios ESG reduzem os incentivos à manipulação e a revolução tecnológica fornece os instrumentos necessários para responder à complexidade do *big data*.

5.2. Implicações teóricas e práticas

O amadurecimento deste campo de investigação sugere que a relação entre a qualidade de auditoria e a gestão de resultados evoluiu de uma monitorização predominantemente técnica e convencional para uma forma de vigilância mais holística, sistémica e tecnológica. Nesta perspetiva, o quadro conceptual da teoria da agência poderá ser enriquecido ao se evidenciar que a mitigação da gestão de resultados já não depende exclusivamente da independência do auditor, determinante clássico, mas sim da sua articulação com mediadores contemporâneos de transparência, nomeadamente as KAM. Esta evolução teórica sugere que a qualidade da auditoria deve ser entendida como um determinante capaz de identificar decisões operacionais opacas, e não apenas ajustes técnicos. A convergência identificada entre a qualidade da auditoria e o ESG sugere que o reporte não financeiro poderá atuar como uma proxy de integridade, na qual a transparência ética inibe o comportamento oportunista na gestão dos resultados.

É fundamental que os reguladores promovam o aprofundamento do detalhe qualitativo nas KAM, atendendo ao seu papel mediador que eleva o custo reputacional para o gestor de eventuais manipulações, com impacto direto na gestão de resultados. Da mesma forma, antecipa-se a necessidade de desenhar normativos que acompanhem o uso de tecnologias disruptivas (inteligência artificial e *machine learning*) e que funcionem como um determinante positivo da qualidade de auditoria, permitindo identificar padrões complexos de gestão de resultados, indetetáveis por métodos tradicionais, sem prejuízo do ceticismo profissional. No contexto dos mercados emergentes, os reguladores poderão considerar políticas de supervisão mais rigorosas relativas à auditoria remota, contribuindo para assegurar a qualidade da auditoria e evitar que o distanciamento físico potencie novas formas de contabilidade criativa, com impacto direto na gestão dos resultados.

A criação de um sistema de deteção mais preciso, em que a tecnologia identifica a anomalia e o julgamento profissional interpreta a intenção de manipulação, permite uma monitorização mais robusta da gestão dos resultados.

A prática profissional poderá igualmente beneficiar de uma abordagem que integre os riscos ESG na avaliação da gestão de resultados, assumindo que um fraco desempenho ético poderá ser um preditor de manipulação financeira, o que permite uma alocação mais eficiente dos esforços de auditoria.

5.3. Limitações do estudo e pistas para investigação futura

Embora o presente estudo tenha sido conduzido segundo um rigoroso protocolo metodológico, assume-se a existência de limitações intrínsecas que condicionam a interpretação dos resultados obtidos. A opção pela utilização exclusiva das bases Scopus e WoS poderá ter condicionado a

amplitude da amostra. Ao privilegiar estas bases, reconhece-se que contributos de natureza estritamente regional ou indexados em plataformas como o Google Scholar não foram integrados, o que poderá omitir outras perspetivas da investigação sobre o tema. A seleção de documentos apenas em língua inglesa e classificados como "artigos" poderá excluir contributos relevantes provenientes de livros, literatura cinzenta (*grey literature)* ou investigações publicadas noutros idiomas, que poderiam oferecer matizes culturais e jurisdicionais adicionais. A dependência do volume histórico de citações como indicador de relevância pode, eventualmente, sub-representar a investigação qualitativa mais recente ou temas emergentes, como a inteligência artificial e as KAM, que carecem de tempo para gerar impacto bibliométrico. Apesar do esforço de abrangência, a evolução constante da terminologia nas áreas da auditoria e da gestão de resultados implica que novos termos possam ter surgido e não estejam plenamente captados.

O escopo da investigação futura pode permitir compreender como as novas tecnologias (tais como *machine learning, blockchain,* inteligência artificial) reconfiguram o próprio ceticismo do auditor num cenário de dados massivos (*big data*). Este esforço analítico ganha relevância ao considerar a convergência entre auditoria e sustentabilidade e ao questionar se a manipulação de indicadores ESG coexiste com a gestão tradicional de resultados. Paralelamente, subsiste o desafio de decifrar o impacto real das KAM. Por último, a transição para a auditoria remota em contextos de fragilidade institucional oferece um campo fértil para identificar vulnerabilidades que possam ser exploradas com efeito na gestão de resultados.

Referências bibliográficas

Abueid, R., Aldomy, R. F., & Al-Hamad, A. A.-S. A. (2022). Impact of creative accounting practices on financial statements: A case study of Palestinian auditors and academics. *Journal of Southwest Jiaotong University, 57*(2), 22–39.

Alhadab, M., & Clacher, I. (2018). The impact of audit quality on real and accrual earnings management around IPOs. *The British Accounting Review, 50*(4), 442–461.

Alharasis, E., Alshdaifat, S., Almarayeh, T., Hasan, E., & Al-Hamadeen, R. (2025). Audit quality moderating effect on the relationship between earnings management and ESG reporting in the Jordanian banking industry. *Discover Sustainability*, *6*, 1–19.

Al-Mulla, M., & Bradbury, M. E. (2022). Auditor, client and investor consequences of the enhanced auditor's report. *International Journal of Auditing. 26*(2), 134–150.

Alzoubi, E. S. S. (2018). Audit quality, debt financing, and earnings management: Evidence from Jordan. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation, 30*, 69–84.

Ashbaugh, H., LaFond, R., & Mayhew, B. W. (2003). Do nonaudit services compromise auditor independence? Further evidence. *The Accounting Review*, *78*(3), 611–639.

Badertscher, B. A. (2011). Overvaluation and the choice of alternative earnings management mechanisms. *The Accounting Review, 86*(5), 1491–1518.

Balsam, S., Krishnan, J., & Yang, J. S. (2003). Auditor industry specialization and earnings quality. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, *22*(2), 71–97.

Becker, C. L., DeFond, M. L., Jiambalvo, J., & Subramanyam, K. R. (1998). The effect of audit quality on earnings management. *Contemporary Accounting Research*, *15*(1), 1–24.

Birkle, C., Pendlebury, D. A., Schnell, J., & Adams, J. (2020). Web of Science as a data source for research on scientific and scholarly activity. *Quantitative Science Studies*, *1*(1), 363–376.

Blue, G., Chahrdahcheriki, M., Rezaee, Z., & Khotanlou, M. (2025). A model for predicting creative accounting in emerging economies. *International Journal of Accounting & Information Management*, *33*(1), 1–31.

Chatterjee, C. (2025). Earnings management and financial reports' readability: Moderating role of audit quality, cash holding, and ownership pattern. *International Journal of Disclosure and Governance*, *22*, 425–439.

Ciger, A. (2020). Audit quality: A bibliometric analysis (1981-2020). *Scientific Annals of Economics and Business, 67*(4), 473–494.

Cohen, D. A., & Zarowin, P. (2010). Accrual-based and real earnings management activities around seasoned equity offerings. *Journal of Accounting and Economics*, *50*(1), 2–19.

Crane, D. (1972). *Invisible colleges: Diffusion of knowledge in scientific communities* (2ª ed.). University of Chicago Press.

DeAngelo, L. E. (1981). Auditor size and audit quality. *Journal of Accounting and Economics, 3*(3), 183–199.

Dechow, P., Ge, W., & Schrand, C. (2010). Understanding earnings quality: A review of the proxies, their determinants and their consequences. *Journal of Accounting and Economics, 50*(2–3), 344–401.

Dechow, P. M., Sloan, R. G., & Sweeney, A. P. (1995). Detecting earnings management. *The Accounting Review*, *70*(2), 193–225.

Donthu, N., Kumar, S., Mukherjee, D., Pandey, N., Lim, W. (2021). How to conduct a bibliometric analysis: An overview and guidelines. *Journal of Business Research*, *133*, 285–296.

Esmeralda, A. P. (2025). Factors influencing audit quality: A systematic literature review. *Social Sciences Insights Journal, 3*(2), 96–106.

Francis, J. R., & Yu, M. D. (2009). Big 4 office size and audit quality. *The Accounting Review, 84*(5), 1521–1552.

Frankel, R. M., Johnson, M. F., & Nelson, K. K. (2002). The relation between auditors' fees for nonaudit services and earnings management. *The Accounting Review*, *77*(supplement), 71–105.

Garcia-Blandon, J., Argilés-Bosch, J. M., & Ravenda, D. (2020). Audit firm tenure and audit quality: A cross-European study. *Journal of International Financial Management & Accounting*, *31*, 35–64.

Gunny, K. A. (2010). The relation between earnings management using real activities manipulation and future performance: Evidence from meeting earnings benchmarks. *Contemporary Accounting Research*, *27*(3), 855–888.

Healy, P. M. (1986). The effect of bonus schemes on accounting decisions. *Journal of Accounting and Economics 7*(1-3). 85.107.

Healy, P. M., & Wahlen, J. M. (1999). A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. *Accounting Horizons, 13*(4), 365–383.

Holthausen, R. W., & Leftwich, R. W. (1983). The economic consequences of accounting choice implications of costly contracting and monitoring. *Journal of Accounting and Economics, 5*, 77–117.

Inaam, Z., & Khamoussi, H. (2016). Audit committee effectiveness, audit quality and earnings management: A meta-analysis. *International Journal of Law and Management*, *58*(2), 179–196.

Jensen, M. C., & Meckling, W. H. (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, agency costs and ownership structure. *Journal of Financial Economics, 3*(4), 305–360.

Jones, J. J. (1991). Earnings management during import relief investigations. *Journal of Accounting Research, 29*(2), 193–228.

Kazemian, S., & Sanusi, Z. M. (2015). Earnings management and ownership structure. *Procedia Economics and Finance, 31*, 618–624.

Kim, J.-B., Simunic, D. A., Stein, M. T., & Yi, C. H. (2011). Voluntary audits and the cost of debt capital for privately held firms: Korean evidence. *Contemporary Accounting Research*, *28*(2), 585–615.

Kothari, S., Leone, A. & Wasley, C. (2005). Performance matched discretionary accrual measures. *Journal of Accounting and Economics, 39*, 163–197.

Lawrence, A., Minutti-Meza, M., & Zhang, P. (2011). Can Big 4 versus non-Big 4 differences in audit quality be attributed to client characteristics? *The Accounting Review*, *86*(1), 259–286.

Lenard, M. J., Petruska, K. A., Alam, P., & Yu, B. (2016). Internal control weaknesses and evidence of real activities manipulation. *Advances in Accounting, 33*, 47–58.

Mahmudi, M., Bahtiar, A., & Duhita, A. (2024). The effect of audit quality, corporate governance, and CSR on real earnings management: Indonesian evidence. *Iranian Journal of Accounting, Auditing and Finance, 8*(4), 125–138.

Mcvay, S. (2006). Earnings management using classification shifting: An examination of core earnings and special items. *The Accounting Review 81*(3), 501–531.

Montenegro, T. & Brás, F. (2018). A review of the concept and measures of audit quality across three decades of research. *International Journal of Accounting, Auditing and Performance Evaluation, 14* (2), 183 – 253.

Morris, L., Hoitash, R., & Hoitash, U. (2023). The effectiveness and efficiency of auditors' remote work during COVID-19. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, *42*(3), 123–145.

Myers, J., Myers, L., Omer, T. (2003). Exploring the term of the auditor-client relationship and the quality of earnings: A case for mandatory auditor rotation? *The Accounting Review, 78*(3), 779–799.

Nadhir, Z., & Wardhani, R. (2019). The effect of audit quality and degree of International Financial Reporting Standards (IFRS) convergence on the accrual earnings management in ASEAN countries. *Entrepreneurship and Sustainability Issues*, *7*(1), 105–120.

Nagar, N., & Sen, K. (2017). Classification shifting: Impact of firm life cycle. *Journal of Financial Reporting and Accounting*, *15*(2), 180-197.

Nuhu, M. S., Ahmad, Z., & Lim, Y. Z. (2024). The influence of external audit quality on discretionary accruals and real earnings management practices: An analysis of Malaysian firms. *Asian Academy of Management Journal, 29*(2), 211–241.

Price, D. J. de S. (1965). Networks of scientific papers. *Science, 149*(3683), 510–515.

Robinson, D., Smith, T., & Walton, S. (2024). 'Till death do us part: An examination of the impact of unbroken auditor-client relationships on audit efficiency and audit quality. *Auditing: A Journal of Practice & Theory, 43*(1), 167–190.

Roychowdhury, S. (2006). Earnings management through real activities manipulation. *Journal of Accounting and Economics, 42*(3), 335–370.

Schipper, K. (1989). Commentary on earnings management. *Accounting Horizons, 3*(4), 91–102.

Schmidt, F. L. (2008). Meta-analysis: A constantly evolving research integration tool. *Organizational Research Methods, 11*(1), 96–113.

Saleem, F., Alifiah, M. N., & Tahir, M. S. (2016). The effectiveness of monitoring mechanisms for constraining earnings management: A literature survey for a conceptual framework. *International Journal of Economics and Financial Issues*, *6*(S3), 209-214.

Simunic, D. A. (1980). The pricing of audit services: Theory and evidence. *Journal of Accounting Research*, *18*(1), 161–190.

Sitanggang, R. P., Karbhari, Y., Matemilola, B. T., & Ariff, M. (2020). Audit quality and real earnings management: Evidence from the UK manufacturing sector. *International Journal of Managerial Finance 16*(2), 165-181.

Stolowy, H., & Breton, G. (2004). Accounts manipulation: A literature review and a proposed framework. *Review of Accounting and Finance*, *13*(1), 5-92.

Watts, R. L. & Zimmerman, J. L. (1990). Positive accounting theory. *The Accounting Review*, 65(1), 131-156.

Wong, T. J. (1998). Perceived auditor quality and the earnings response coefficient. *The Accounting Review, 73*(2), 199–222.

Zeng, Y., Zhang, J. H., Zhang, J., & Zang, M. (2021). Key audit matters reports in China: Their descriptions and implications of audit quality. *Accounting Horizons, 35*(2), 167-192.

Zhou, J. & Elder, R. (2004). (2004) Audit quality and earnings management by seasoned equity offering firms. *Asia-Pacific Journal of Accounting & Economics, 11*(2), 95-120.